

As desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária .

Élen Cristiane Schneider y Mestranda em Sociologia.

Cita: Élen Cristiane Schneider y Mestranda em Sociologia (2009). As desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <http://www.aacademica.com/000-062/1489>

As desigualdades de gênero no mercado de trabalho e a economia solidária

Élen Cristiane Schneider

Mestranda em Sociologia

Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS

elen_schneider@yahoo.com.br

As reflexões que seguem são acerca das experiências da economia solidária e suas possibilidades na redução das desigualdades de gênero. A argumentação condutora está em torno da hipótese de que há, no universo das experiências de economia solidária, grande probabilidade de formarem-se espaços caracterizados por relações emancipatórias, resignificantes dos sentidos do trabalho. Por detrás dessa discussão estão pesquisas que

buscaram auferir a potencialidade da economia solidária na redução das desigualdades, em especial as de gênero. A base empírica da qual resulta este estudo forma-se por um *corpus* de dados coletados no Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil, bem como dezoito entrevistas realizadas com lideranças de empreendimentos de diversos Estados do país, durante a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, em 2008.

No Brasil, principalmente após os anos 70, percebem-se mudanças que tem alterado o quadro que caracterizava a mulher como um sujeito de papéis limitados e fixos à reprodução e aos cuidados necessários com o ambiente privado, reproduzidos no século XIX e até meados do XX. As mulheres extrapolaram o ambiente privado, constituindo-se como profissionais, geradoras de renda, adquirindo seu poder de consumir e fazer parte da economia vigente, constituindo múltiplas matrizes de ser e pensar.

Porém, no cenário do mercado de trabalho, de forma ambivalente, a precarização aumenta nos últimos anos, as desigualdades salariais e simbólicas, de tempo disponível ao lazer e aos cuidados com a família emergem (re)configuradas (Bruschini, 2006; Hirata, 2007). Esse processo gera uma dupla ou tripla divisão de papéis das mulheres que, apesar dos avanços, não conseguem dividir com os homens as tarefas domésticas e de reprodução de maneira igualitária. Desse modo, parecem entrar de forma mais intensa no jogo exploratório do capital (Antunes, 2000; Nogueira, 1997).

Uma multiplicidade de fatores persevera em meio à participação das mulheres no mercado de trabalho. Segundo Hirata (2004), elas estariam mais pobres, mais desempregadas, mais sujeitas à violência, tendo menos acesso a tecnologias da informação e da comunicação, menos acesso à informação profissional e técnica, embora desfrutem mais da educação hoje do que no passado, tendo menos acesso também ao crédito e à propriedade (Hirata, 2004). Em alguns países, além de uma posição subalterna na esfera familiar e política, as mulheres ainda estão sujeitas à inferioridade jurídica, não desfrutam de direitos à herança, à propriedade de terra e ao voto.

Entretanto, as mulheres não parecem estar alheias as desigualdades, percebem-se manifestações, ao longo da história, com o feminismo, os sindicatos, os movimentos sociais e formas alternativas de geração de trabalho e renda. Uma das alternativas, a Economia Solidária, nas suas diversas formas, é, “[...] um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeitos dos meios” (Veronese, 2007), assim como elaborar “recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando à suficiência em resposta às necessidades de todos” (idem).

Os grupos de economia solidáriaⁱ podem organizar-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão. Combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem. Estes grupos, por se tratarem de estabelecimentos capazes de assegurarem sua reprodução social, podem ser considerados praticantes de uma economia que é alternativa, distinta da lógica mercantil capitalista.

Uma característica importante dos EES é o seu “caráter multifuncional” (Gaiger, 2003), sua propensão a atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política, a “[...] agir concretamente no campo econômico, ao mesmo tempo que interpelam as estruturas dominantes” (idem).

Muito frequentemente é possível constatar que no interior dos EES e de suas atividades de produção, o elemento de motivação é a conquista de um bem-estar pessoal e coletivo. As pessoas idealizadoras da economia solidária entendem que um de seus princípios fundamentais está em compartilhar democraticamente o poder, através da autogestão. Neste ânimo, rompem com a lógica econômica capitalista em, principalmente, dois aspectos: a) eliminam a divisão entre pessoas trabalhadoras e os meios de produção e entre produção e apropriação dos frutos do trabalho; b) buscam a percepção e inclusão de

ⁱ Cunhados por Gaiger (2003) como *empreendimentos econômicos solidários* (EES).

outras esferas econômicas além da *mercantil* (princípio de oferta e demanda), como a economia doméstica e as trocas não-monetárias que têm na sua essência a reciprocidade.

Nas experiências de economia solidária, com o híbrido entre os espaços público e o privado, além do cotidiano cooperativo e solidário, que incentiva a autogestão e a reciprocidade, formam-se outras relações de gênero, conforme a pesquisa vem demonstrar. A estrutura de argumentação que conduz essa hipótese compõe-se primeiramente de uma retomada da realidade do mercado de trabalho, para, após, adentrar-se na apresentação da investigação, realizada a partir dos dados da economia solidária.

AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

As mulheres, numa média nacional, estão cada vez mais qualificadas e têm mais tempo de estudo que os homens, começam a ingressar em profissões consideradas de prestígio e a ocupar postos de comando, ainda que lentamente (Bruschini, *et al.*, 2006). Também vêm conquistando um conjunto de normas legais e ações governamentais que tentam promover a igualdade de gênero no trabalho. Porém, ainda ganham salários inferiores aos dos homens em praticamente todas as ocupações profissionais, por conta de uma discriminação simbólica; têm sido fortemente afetadas pelo desemprego e são maioria no mercado informal e nas ocupações precárias, além de ter sob sua responsabilidade a maioria das atividades domésticas.

Indicadores revelam que, entre os anos 1990 e 2002, a população economicamente ativa (PEA) feminina passou de 36,5 milhões, a taxa de atividade aumentou de 47% para 50,3 % e a porcentagem de mulheres no conjunto de pessoas trabalhadoras foi de 39,6% para 42,5%ⁱⁱ (Bruschini, *et al.*, 2006). Nas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino. Mudanças como a queda da taxa de fecundidade por

ⁱⁱ É importante ressaltar que as diferenças na composição da PEA feminina, assim como nas taxas de atividade, segundo raça e cor, refletem a distribuição da população brasileira de forma geral, porém esta é desigual nas várias regiões do país. Em 2002, entre as empregadas, 63% eram brancas e 37% eram negras.

mulher, redução do tamanho das famílias e maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres – em 2002 eram 74,9 anos para as mulheres e 67,3 anos para os homens, e, conseqüentemente, um aumento da presença feminina na população idosa (Bruschini e Lombardi, 2007). Um dos exemplos das mudanças demográficas é o crescimento acentuado de arranjos familiares chefiados por mulheres, os quais, em 2002, chegavam a 28,4% do total das famílias brasileiras (idem).

Com as transformações culturais e nos papéis sociais, altera-se principalmente o perfil da mulher trabalhadora. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizam o acesso das mulheres em novas formas e oportunidades de trabalho e também transforma o perfil da mulher trabalhadora em relação à década de 70. As trabalhadoras que, até o final dos anos 1970, em sua maioria eram jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães (Bruschini e Lombardi, 2007).

Dados do IBGE (2007) – que demonstram as categorias do emprego no trabalho principal – indicam que entre as pessoas trabalhadoras domésticas, onde as mulheres são maioria (16,6%) em relação aos homens (0,8%), apenas 4,4% possuem carteira assinada. As mulheres, portanto, mesmo com alguns avanços, ocupam categorias de trabalho mais precário do que os homens.

Com a persistência das desigualdades, que reflete em precarização, em ocupação por parte das mulheres nos “guetos profissionais femininos”, em discriminação simbólica nos espaços de trabalho e no peso das responsabilidades carregado pelas mulheres com as atividades domésticas e de reprodução, além das produtivas, entre outros fatores, torna-se urgente repensar o trabalho. Problematizar formas alternativas de trabalho, que estão sendo experimentadas por muitas pessoas, é uma contribuição para mudanças que são necessárias, independentemente da velocidade de realização.

Para Hirata (2001) existe grande importância na ação de movimentos sociais, quando prevalecem formas de subemprego e trabalho precarizado na sociedade, para que se promovam elaborações e debates de alternativas sobre um tipo de trabalho desejável.

Nos movimentos sociais, em algumas organizações não governamentais e em outras formas locais de trabalho autogestionário, como a economia solidária, há espaço para qualificar o emprego desejado não como “um emprego qualquer”, mas como um trabalho dotado de sentido, interessante, dotado de valor, problematizando e buscando combater a precarização do trabalho e as desigualdades que esses reproduzem.

AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Muitas das experiências de economia solidária são animadas por mulheres e destinadas às mulheres (GUÉRIN, 2005)ⁱⁱⁱ. Em face da delicada conciliação entre a vida familiar e vida profissional, de responsabilidades materiais crescentes, das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres, muito frequentemente, são as primeiras a se mobilizarem e a se auto-organizarem. Dados do Mapeamento Nacional de economia solidária no Brasil apontam que quando se tratam de grupos especificamente formados por mulheres (3.672 EES – 68%), esses representam um percentual de valor dobrado em relação aos compostos somente por homens (1.728 EES – 32%) – totalizando 5.400 EES.

Os dados revelam que, desde 1986, no Brasil, os empreendimentos de economia solidária, onde participam somente mulheres, são a maioria em relação aos formados especificamente por homens, principalmente a partir do ano de 2001. Entretanto, nos dados gerais do Mapeamento, no total da base de 21.855 empreendimentos mapeados, entre participantes de empreendimentos mistos e/ou especificamente de um sexo, apenas 38% são mulheres e 62% os homens. Embora essa informação possa revelar, de um lado, que, até o ano de 2007, ainda havia na economia solidária maior quantidade de homens ocupando os postos de trabalho, pode, também, de outro, revelar que as mulheres se organizam entre elas, em grupos predominantemente de mulheres, de forma crescente com o passar dos anos. Essa formação de grupos específicos pode significar certa formação de

ⁱⁱⁱ Isabelle Guérin disserta de um contexto Europeu, porém, utiliza-se a abordagem de suas análises, primeiro por suas conclusões assemelharem-se às experiências de mulheres no Brasil, segundo pelo referencial teórico brasileiro, nessa área, estar ainda em desenvolvimento.

gueto a primeira vista, entretanto, foi possível constatar que esse crescimento da participação das mulheres também tem acontecido gradualmente nos espaços mistos.

Os dados demonstram que as mulheres organizam-se nos empreendimentos urbanos, formando grupos menores, não alcançando as 20 pessoas necessárias para uma formalização de cooperativas, constituindo assim associações ou grupos informais. Produzem principalmente produtos da área têxtil, artesanal ou alimentícia, e a comercialização é feita de forma direta aos consumidores, sem mediação de mercados mais amplos. Os empreendimentos formados somente por mulheres distribuem-se no país com maior concentração na região Nordeste, onde estão 31% dos EES do total de 3.672 mapeados, em seguida no Sudeste, com 27,4%, seguido por Sul, com 18,9%, Centroeste, com 12,4% e, por último, Norte, com 10,3%.

Constata-se que há grande participação das mulheres em ações comunitárias e beneficentes exteriores aos seus empreendimentos, assim como em fóruns e redes de articulação e cooperação. Essa participação é superior a dos empreendimentos formados exclusivamente por homens e também proporcionalmente maior do que os que possuem como participantes homens e mulheres, de forma mista. Esse dado mostra-se verídico na presença massiva das mulheres, que se averigua nos fóruns, reuniões e feiras da economia solidária no Brasil. Verifica-se ainda que 73% dos empreendimentos formados exclusivamente por mulheres desenvolvem iniciativas que visam qualidade de vida das pessoas consumidoras dos seus produtos.

O que nem sempre foi passível analisar através os dados, revelou-se com a análise das entrevistas, que retrataram, com mais detalhes, as motivações das pessoas na sua participação nessas experiências de economia solidária e no que podem propiciar às mulheres – e não somente, mas também aos homens, às famílias e à comunidade – através de espaços de transformação do trabalho, que nas narrativas do cotidiano descrevem estar misturando, no seu cotidiano, trabalho e solidariedade.

As entrevistas realizadas demonstraram que, para as mulheres, que convivem no ambiente privado com a existência da maioria das desigualdades de gênero, se não com a raiz delas (Guérin, 2005), o trabalho na economia solidária é também como um espaço de socialização, onde se tematiza e discute aquilo que, para elas, parece ser desigual na vida privada. Os empreendimentos de economia solidária, segundo os relatos, demonstram preencher pelo menos três funções importantes, que poderiam favorecer a eliminação de bloqueios para uma emancipação das mulheres em relação às desigualdades de gênero:

- realizam uma justiça cooperativa e autogestionária, importante na redução das desigualdades de distribuição da renda e superação da lógica mercantil da produção;

- constituem espaços solidários e democráticos, incentivando a discussão, reflexão e deliberações que favoreçam o coletivo de forma equitativa. Dessa maneira, podem igualmente contribuir para uma redefinição das instituições e de articulação entre elas, principalmente a da esfera familiar;

- participam de uma revalorização das práticas recíprocitárias, que pode tornar possível a militância contra as desigualdades intrafamiliares, na medida em que permitem que não somente as mulheres, mas também os homens conciliem vida familiar e vida profissional.

Muitas vezes, esses aspectos adquirem uma importância maior em relação aos rendimentos mensais que se espera obter com a produção. Há preocupação em combinar o dinheiro com as trocas de experiências, a aprendizagem, o alívio das preocupações e das dificuldades pessoais e cotidianas. Percebe-se que as mulheres procuram essas experiências, sobretudo, devido as suas necessidades, mas o alívio das obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano é um primeiro resultado em si.

Entretanto, no interior desses espaços, durante o trabalho no cotidiano, esbarra-se ainda em muitas dificuldades e desigualdades, como a divisão das tarefas entre as masculinas e as femininas (uma divisão sexual do trabalho), a sobrecarga da mulher em atividades domésticas, entre outras. Num movimento ambivalente, as mulheres parecem gradualmente apoderar-se da sensação de controlar ainda mais as suas escolhas.

Frequentemente percebem-se nos seus depoimentos verbos e frases como “ser capaz de dizer não”, “ter coragem”, “enfrentar”. Elas insistem em sua capacidade de agir por si, pelo grupo, ou ainda pela comunidade. Praticamente todas suas definições de trabalho e de mudanças aparecem ligadas às outras mulheres, ao grupo, às colegas e aos espaços coletivos que estas constituem, e que para elas representam transformação em suas vidas.

Considerações Finais

Atualmente, mais que há alguns anos, está-se necessitando pensar a História, sem pré-determinações, mas também sem abrir mão do sonho da Utopia (Manzini-Covre, 1996). Para Singer (2002), a Economia Solidária é, ou poderá ser, mais do que simplesmente uma resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade, e sim, “uma alternativa superior ao capitalismo”. Não em termos econômicos, mas por ter sido concebida para proporcionar às pessoas uma “vida melhor”, pois elas têm a liberdade de escolher o trabalho que lhes dá mais satisfação, o direito à autonomia na atividade produtiva.

A prática da autogestão no trabalho é a condição que lhes permite superar o caráter alienante, subalterno e desumanizante do trabalho assalariado (Gaiger, 2000). Não se trata apenas de reconhecer que o trabalho conjunto, por sua magnitude e pela divisão técnica que propicia, gera resultados superiores ao trabalho individual. Trata-se de perceber que a posição que os trabalhadores e trabalhadoras ocupam, dentro de uma organização cooperativa e solidária, nas relações entre si e perante os demais fatores de produção, é inerente à eficiência demonstrada e indispensável à realização de suas metas econômicas e extra-econômicas (Gaiger, 2000).

É fato, contudo, que existe algo novo anunciado nas práticas e experiências de economia solidária, que pode vir a instituir outra economia viável, capaz de reconfigurar o trabalho, a cultura e as relações. Porém, sem dúvida, a viabilidade das experiências de economia solidária, pelo menos a curto e médio prazo, depende em parte da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo (Santos e Rodríguez,

2005). No entanto, conforme enfatizam Santos e Rodríguez (2005), a afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe, e sim um campo de possibilidades, em que as experiências alternativas que foram marginalizadas têm espaço.

Nesse sentido, a função do pensamento e das práticas emancipadoras consiste em ampliar o espectro do possível, através de uma experimentação e de reflexão acerca de alternativas que possam representar tipos de sociedades mais justas e espaços de trabalho que garantam equidade de gênero e etnia. A capacidade de redução das desigualdades de gênero dar-se-á de forma mais completa quando a Economia Solidária reconhecer com justeza, em todas as suas instâncias representativas, o valor das desigualdades entre os sexos, o que parece ainda não estar plenamente consolidado segundo os depoimentos, mesmo que os espaços de trabalho apresentem muitos indicadores emancipatórios para as mulheres.

Referências

- BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa, UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. *In: UNIFEM, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM, FORD Foundation, CEPIA, 2006.
- BRUSCHINI, Cristina [et. al.] (orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CATTANI, Antonio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- FONSECA, Tânia Mara Galli. *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FONTES, Adriana, SORJ, Bila. “Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais”. *In: BRUSCHINI, Cristina [et. al.] (orgs.). Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. “A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes”. *In: Revista Katálysis. Economia Solidária e autogestão. Vol.11 N°1. Florianópolis:UFSC, 2008.*
- _____. “Os Caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul”. *In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- GUÉRIN, Isabelle. *As Mulheres e a Economia Solidária*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena, SEGNINI, Liliana (Org.). *Organização, Trabalho e Gênero*. São

Paulo, SENAC, 2007.

- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador_esminimos/sinteseindicisociais2002.shtm>, acesso em: 06/07/2007.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *No Caminho de Hermes e Sberazade: Cultura, cidadania e subjetividade*. São Paulo: Vogal, 1996.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O Trabalho Duplicado: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Ed. 34 USP, 1999.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abrano, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SCALON, Celi (org). *Imagens da Desigualdade*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abrano, 2002.
- _____. “A Recente ressurreição da economia solidária”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- TOURAINE, Alain. *Um Novo Paradigma: Para Compreender o Mundo de Hoje*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- VERONESE, Marília Veríssimo. “Consumo, Produção Cotidiana da Vida e Solidariedade: As Ausências e Presenças”. In: GUARESCHI, Pedrinho A., VERONESE, Marília Veríssimo (orgs.). *Psicologia do Cotidiano: representações sociais em ação*. Petrópolis RJ: Vozes, 2007.